



NOVO
A GENTE RESPEITA O BRASIL 

30 

PLANO DE GOVERNO

PREFEITO

Felipe Camozzato 30

VICE RAQUELI BAUMBACH

O NOVO 
PELO POVO

PRA CONFIAR E CONFIRMAR!

Porto Alegre chega nestas eleições em clima de desconfiança.

Em quem e por que confiar em alguém?

O cidadão se sente em risco. A tragédia climática de maio desabrigou nossos irmãos, deixou inúmeros sem emprego, inviabilizou negócios, fechou empresas, isolou nossa cidade, ceifou vidas. Trouxe desalento e desespero.

E o porto-alegrense fica sujeito a narrativas, escutando versões. Há quem diga que faltou manutenção. Há quem diga que sobrou manutenção. Há quem defenda que o Município respondeu bem à crise, que havia preparo, prevenção, dinheiro e auxílio. Que houve rapidez e gestão. Há quem defenda que tudo deu errado, que só há incompetência e corrupção no Município, que todo o passado foi destruído e que, agora, é preciso resgatá-lo.

Mas cuidado! **Qual passado querem resgatar?** O da ineficiência, atraso e abandono das gestões do PT? O passado da mentira, da corrupção, do corporativismo, do sindicalismo e da leniência com a criminalidade?

Não!

Porto Alegre não precisa desse passado. E Porto Alegre também não precisa de versões. Ninguém aguenta mais enrolação, promessa, conversa fiada e incompetência!

O porto-alegrense quer ação! Chegou a hora da gestão, da inovação, das boas ideias e, acima de tudo, chegou a hora do **compromisso com a verdade!** É com base nesse compromisso, diário, profundo e persistente, que o porto-alegrense sairá da hesitação, e até da indiferença com a política, e passará a **confiar**. E quanto mais agirmos, quanto mais fizermos, quanto mais realizarmos, mais resgataremos essa confiança.

O compromisso da nossa candidatura é este: **um projeto para resgatar a confiança do porto-alegrense em sua própria cidade, em nossa cidade!** Só haverá reconstrução se houver confiança. Ela é o elo, é a ligação entre tudo o que é valioso e que precisamos trabalhar para conservar. A nossa candidatura vai retomar a confiança e assumir o compromisso com os seguintes valores básicos, valores que estão presentes e vivos em cada um de nós:

- **liberdade**, a liberdade de expressão, de religião, a liberdade para empreender;
- **economia de mercado**, com o estímulo à concorrência saudável, com um ambiente de menor burocracia e redução progressiva de impostos;

- **a confiança para empregar**, bem como a confiança, e também o desejo, para obter um emprego;
- **ordem**, para que tenhamos segurança para nossas casas, nossas empresas, nossas famílias, nossas vidas.

E o que tudo isso diz sobre quem somos?

Nossa candidatura é uma candidatura de direita. **Verdadeiramente de direita**. Mas não basta estar na direita ou se dizer de direita. Nosso posicionamento político é uma premissa, um cartão de visitas. O porto-alegrense não quer só ideologia. A ideologia não resgata a confiança. A ideologia não recolhe o lixo, não faz a poda das árvores, não organiza e nem reconstrói a cidade. O porto-alegrense precisa de ação e de resultados. É o trabalho que nos legitima. E nós vamos colocar a mão na massa!

É óbvio que estamos preocupados com a ameaça de retorno do PT. **Não permitiremos!** Acreditamos na liberdade, na ordem e em uma economia livre. Isso significa que precisamos aprofundar, com verdade, as parcerias público-privadas, a redução de impostos e as concessões de serviços públicos. **Isso afeta positivamente os que mais precisam:**

- queremos 100% de saneamento em Porto Alegre;
- queremos regularização fundiária;
- queremos resolver de vez o problema da vaga em creches;
- queremos postos de saúde dignos e com profissionais trabalhando firme;
- queremos inovação no trânsito e no transporte público, para que o trabalhador possa chegar mais rápido ao trabalho e mais cedo ao lar;
- queremos fortalecer o básico na educação: é ler, escrever, interpretar e calcular;
- queremos a Guarda Municipal nas ruas, como mais uma força de segurança ativa na proteção do cidadão.

E, claro, queremos e precisamos **reconstruir a cidade!** Como faremos isso? Com projeto, equipe técnica, respeito à verdade e respeito ao dinheiro do pagador de impostos! E faremos isso com a mesma seriedade que fez do Governador Zema um grande líder em Minas Gerais, retirando o Estado do atoleiro e tendo sido reeleito em primeiro turno. Faremos isso com a mesma energia e senso de dever do Prefeito Adriano, de Joinville, que já alcançou a impressionante e histórica aprovação de 93%! São as credenciais do NOVO. Nosso partido só tem exemplos de sucesso!

QUEM É FELIPE ZORTÉA CAMOZZATO?

Natural de Nova Bassano, na serra gaúcha, sou pai da Catarina, marido da Theodora, tenho 36 anos e candidato a prefeito de Porto Alegre - cidade onde morei praticamente a minha vida inteira. Filho da dona Névia, professora aposentada do Estado, e do seu Cláudio, contador e servidor público federal aposentado, sou irmão mais velho do Fabrício, jovem advogado e associado do Instituto de Estudos Empresariais (IEE). Meu sonho de criança era ser piloto de avião e, apesar de não ter virado piloto, a aviação é um dos meus hobbies favoritos.

Sou graduado em Administração e Especialista em Finanças pela UFRGS, e fui pós-graduado em Liderança Competitiva Global pela Georgetown University (EUA). Em 2009, durante a graduação, fui voluntário e presidente da PS Júnior Consultoria Empresarial e, posteriormente, trabalhei nas Confederações Brasileira e Europeia de Empresas Juniores – em Bruxelas, na Bélgica.

Em 2012 iniciei a minha carreira profissional trabalhando em alguns projetos de consultoria e pesquisa, até entrar como estagiário em uma pequena empresa - onde mais tarde eu viria a me tornar sócio-diretor de marketing e comercial. Durante alguns anos ajudei a tornar esta pequena empresa um grupo empresarial de serviços ambientais, conhecendo de perto as dificuldades e burocracias impostas a quem quer empreender e criar empregos no Brasil.

Muitas vezes me indignei. Impostos altos, serviços públicos péssimos e uma visão equivocada de que empresário no Brasil é vilão. E como só indignação não muda nada, resolvi ir para a política mudar esse cenário e lutar por quem gera riquezas e empregos: o empreendedor. E essa é a luta do pagador de impostos em geral. Em 2013, fui um dos fundadores do Partido Novo no Rio Grande do Sul e um dos líderes das manifestações pelo impeachment da ex-presidente petista Dilma Rousseff.

Em 2016, sem nunca ter participado de uma campanha política e nem ter familiar ou "padrinho" no meio político, disputei a minha primeira eleição e fui o 5º vereador mais votado de Porto Alegre com 10.488 votos, sendo o primeiro eleito do partido Novo em todo país. Em 2020 fui para a reeleição e acabei sendo o 3º vereador mais votado da capital, com 14.279 votos. E em 2022, resolvi dar um passo adiante e fui eleito deputado estadual com 39.517 votos, sendo 20.554 obtidos em Porto Alegre.

Um país que não reconhece o papel de quem trabalha de forma honesta, que inova, que emprega, jamais vai sair da pobreza e dar oportunidade para as pessoas poderem buscar seus sonhos de forma independente. Precisamos valorizar estas pessoas, para que todos cresçamos juntos. Pensando nisso, em como manter o dinheiro no bolso do cidadão e dar mais liberdade para que as pessoas possam fazer as suas escolhas de vida, combati o aumento do IPTU em Porto Alegre e fui autor da Lei de Liberdade Econômica. Além disso, bati recorde em revogação de leis e burocracias na história da capital, simplificando a vida do empreendedor e do cidadão, e ajudando a atrair mais investimentos. E é assim que acredito que melhoraremos o Brasil e a vida dos brasileiros: com liberdade e oportunidades.

QUEM É RAQUELI BAUMBACH?

Sou Raqueli Baumbach, tenho 60 anos e me filiei ao Novo desde o princípio do partido, tendo sido candidata à vereadora na primeira eleição do Novo em Porto Alegre, em 2016.

Sou casada e mãe do Matheus e do Felipe, além de sócia do restaurante Ratskeller Baumbach desde 1979, empreendimento fundado por meus pais em 1967.

Nosso restaurante é um dos mais antigos da capital e foi um dos inúmeros estabelecimentos atingidos pela enchente de 2024 - e já retomamos as atividades.

Minha formação superior é em pedagogia pela UFRGS. Também sou vice-presidente do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região (SINDHA), que representa o setor de gastronomia.

Aceitei esse desafio por confiar nas ideias e princípios do partido. Acredito na capacidade de execução e qualificação que o Novo traz para melhorar a gestão pública.

POR QUE DECIDIMOS ENCARAR JUNTOS ESSA MISSÃO?

Não temos dúvida alguma sobre o potencial de Porto Alegre. A nossa cidade pode ser mais próspera e produtiva, gerando empregos, maior qualidade de vida e condições para o auxílio a quem necessita. Nossa trajetória é marcada por resultados. Agora, mais do que nunca, precisamos desses resultados. Os olhos do Brasil estão voltados para cá. Temos a chance de fazer da nossa cidade um exemplo de superação. Mas é preciso resgatar e consolidar a confiança do cidadão, do trabalhador, do empreendedor. Só assim teremos o que precisamos para nos reerguermos: competitividade, liberdade, respeito à vida e à propriedade. Os desafios são enormes, mas entendemos que uma administração pública enxuta e eficiente, que traga a confiança de que estar e investir aqui é uma boa escolha, criará condições para que cada porto-alegrense, com seu suor e dedicação de seu trabalho, busque a realização de seus sonhos e da felicidade de suas famílias.

SÍNTESE DAS PROPOSTAS POR EIXOS

1. RECONSTRUIR

1.1 - PORTO ALEGRE FORTE E PROTEGIDA

Resgatar a certeza de que é confiável morar e investir na nossa cidade

- Qualificar o modelo de proteção atual, com um sistema mais robusto, seguro e moderno e, paralelamente, estudar medidas para viabilizar a construção de um novo sistema, inspirado nas melhores experiências internacionais de enfrentamento a cheias;
- Uso da outorga da concessão do DMAE e captação de recursos internacionais para realização de obras de drenagem urbana;
- Acionar o judiciário contra o Governo Federal para buscar ressarcimento recursos e atribuição de competência em relação ao sistema de proteção contra enchentes;
- Realizar investimentos em bacias de amortecimento de cheias, a exemplo das praças do arquiteto Claudio Ferraro (Zona Sul) e Dr. Luiz Francisco Guerra Blessmann (Três Figueiras);
- Modernização das casas de bombas, incluindo aumento de sua capacidade.

1.2 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROPRIEDADE E SEGURANÇA PARA MORAR

A casa é minha!

- Reorganizar lotes, viabilizando a regularização dos terrenos e habitações;
- Intensificar a realocação de famílias que hoje estão em regiões de risco, especialmente nos diques;
- Utilização de próprios municipais para permuta e reassentamento de famílias.

1.3 - ATIVAÇÃO ECONÔMICA ATRAVÉS DA REDUÇÃO TRIBUTÁRIA -

Porto Alegre aberta aos negócios!

- Desoneração tributária (ISS e ITBI) em áreas afetadas pela enchente de 2024;
- Criação de programa de incentivo à regularização de obras não averbadas.

2. FORTALECER

2.1 - DEFESA CIVIL: PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E AÇÃO

A defesa da Cidade em primeiro plano

- Capacitação da cidade para eventos extremos através de fortalecimento do PLANCON (Plano de Contingência) e do Plano de Gestão de Riscos;
- Fortalecimento da Defesa Civil municipal;
- Identificação e capacitação de lideranças locais nas áreas de risco para atuar em conjunto com a Defesa Civil na prevenção, execução dos planos e mitigação dos efeitos adversos.

2.2 - TRANSPORTE PÚBLICO: GESTÃO E QUALIDADE

A aposta na pontualidade e na eficiência

- Estudar a reestruturação do modelo de transporte público de Porto Alegre;
- Aperfeiçoar o sistema de integração entre modais de transporte, com uso da tecnologia;
- Utilizar a tecnologia para aprimorar os aplicativos de horário e trajeto, tornando-os mais eficientes e funcionais;
- Adoção de critérios meritocráticos, relacionados à avaliação do usuário sobre a qualidade do serviço prestado, na definição do montante destinado a subsidiar a tarifa, enquanto não se encaminha uma resolução definitiva para o problema estrutural.

2.3 - RACIONALIZAR E ACELERAR O FLUXO DE TRÂNSITO

A mobilidade é na prática!

- Otimizar sistema de trânsito da cidade, com especial atenção para revisão do sistema de corredores de ônibus e racionalização das ciclovias;
- Eliminação de semáforos desnecessários, a partir de estudo semafórico, além de aportar investimento na tecnologia do “semáforo inteligente”;
- Programa “siga livre à direita” de facilitação do fluxo;
- EPTC com enfoque em inteligência e monitoramento de vias e fluidez do trânsito.

2.4 - SEGURANÇA E PRESENÇA: A GUARDA NAS RUAS

Porto Alegre com sensação de segurança!

- Manutenção da política da ordem, do patrulhamento e da preservação da autoridade do profissional de segurança;
- Fortalecimento da inteligência da Guarda Municipal, com monitoramento das regiões que mais carecem de patrulhamento;
- Aumento da presença da Guarda nas ruas;
- Combate implacável ao furto de fios, com proibição (e multa) administrativa para a queimação da fiação nas ruas, fato que tem incrementado a proximidade entre o crime e a população pacífica, aumentando a sensação de insegurança;
- Incremento da conexão entre a Guarda Municipal e a Brigada Militar, com o aumento de câmeras de monitoramento em lugares estratégicos, de modo a municiar o trabalho de policiamento ostensivo da Brigada.

2.5 - PORTO ALEGRE DE BRAÇOS ABERTOS PARA O MUNDO

O turismo de negócios como vocação

- Fortalecer a divulgação de um calendário de eventos da cidade;
- Atuar como parceiro na consolidação da cidade como hub de saúde;
- Ser parceiro na viabilização de um novo centro de eventos de grande porte;
- Fortalecer o setor de entretenimento na cidade, valorizando suas vocações, como polo cervejeiro da cidade.

2.6 - SOLUÇÕES PRIVADAS PARA PROBLEMAS PÚBLICOS

A prestação do serviço como prioridade

- Intensificação das parcerias com a iniciativa privada para a revitalização de espaços urbanos na cidade, incluindo rótulas, viadutos, praças e parques, dando prioridade para as regiões de maior vulnerabilidade social e menor acesso a equipamentos públicos de lazer;
- Aprofundar a realização de parcerias para requalificação da infraestrutura das escolas e dos postos de saúde municipais;
- Promoção de estudos técnicos de viabilidade de Parcerias Público Privadas de outros espaços públicos da cidade, como a Orla de Ipanema e o Sambódromo de Porto Alegre.
- Sandbox Regulatório como forma de encontrar soluções para logística

reversa;

- Reestruturar a relação da cidade com os resíduos sólidos, tratando-os como oportunidade econômica.

2.7 - CONTROLE E EFICIÊNCIA NA GESTÃO DA MÁQUINA PÚBLICA

O Feijão com arroz bem feito

- Racionalizar a estrutura e buscar oportunidades de redução de custos da máquina pública, sem prejuízos à qualidade dos serviços prestados;
- Priorizar o critério técnico nas escolhas para cargos de direção;
- Controlar as despesas para permitir o foco nos investimentos e a redução da carga tributária;
- Facilitar o pagamento de tributos e reduzir a complexidade tributária no âmbito municipal;
- Avaliar programas e políticas públicas para garantir a qualidade do gasto e evitar desperdícios;
- Incrementar o *compliance* e utilizar novas tecnologias para realizar cruzamento de bases de dados e identificar potenciais irregularidades;
- Rastrear e revisar os contratos administrativos celebrados pelo Município;
- Aprofundar o Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Município.

3. INOVAR

3.1 - UMA NOVA POLÍTICA URBANA

O desenho da cidade deve torná-la viva, convidativa para o pedestre e com foco na promoção do desenvolvimento

- Revisão do Plano Diretor para aumentar a densidade habitacional nos bairros centrais da cidade, reduzindo o custo da moradia e promovendo desenvolvimento econômico, com melhor aproveitamento daquelas infraestruturas de serviços públicos e de transporte instaladas e que são capazes de absorver esses incrementos;
- Flexibilização do zoneamento e incentivo à implementação de fachadas ativas;
- Estudar e viabilizar, junto à comunidade, projetos de ruas contínuas;
- Avançar na padronização das calçadas, facilitando a acessibilidade;
- Instituir uma premiação anual para promover a disrupção arquitetônica, valorizando o capital intelectual local e estimulando a construção de edificações com formas livres para que a reconstrução da cidade deixe um

legado duradouro, à luz do que foi feito em Chicago após o Grande Incêndio de 1871;

- Acupuntura estética: estimular intervenções artísticas que tragam leveza e vivacidade para regiões mais áridas, embelezando, por exemplo, o muro do Trensurb e as entradas da capital.

3.2 - GOVERNO DIGITAL

O novo a serviço do povo!

- Reestruturação do app 156+POA;
- Ampliação dos mecanismos de transparência no plano digital;
- Utilização de IA para auditoria constante das contratações públicas.

3.3 - TRANSPARÊNCIA DE DADOS E OPEN SOURCE

Acompanhamento e controle da sociedade civil

- Criação de um portal de dados abertos com informações das secretarias;
- Tornar transparentes os critérios para adesão a programas que envolvam benefícios fiscais e urbanísticos;
- Aperfeiçoamento do sistema de cruzamento dos dados públicos municipais;
- Painel dos serviços públicos, com dados em tempo real de zeladoria urbana.

4. LIBERTAR

4.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TODOS

Inclusão e transversalidade

- Transversalidade na inclusão: reforçar a segurança pública e cuidar dos espaços urbanos são formas de combater a violência, beneficiando, sobretudo, pessoas vulneráveis e sujeitas à discriminação;
- A universalização do saneamento básico como medida urgente para melhorar a qualidade de vida das pessoas mais pobres, muitas delas pessoas negras, que precisam que essa demanda real seja enfrentada;
- Reduzir o problema das vagas em creches, para que as mulheres possam, deixando seus filhos em local seguro, educativo e adequado, ter tranquilidade para trabalhar;

- Segurança pública ativa e ampla para que populações mais vulneráveis, seja por razões econômicas, seja por razões de discriminação, possam também sentir-se em segurança quando circulam pela cidade.

4.2 - CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Entregar o Básico para a População

- Concessão do DMAE, no caminho da universalização do saneamento básico.

4.3 - DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O poder de decisão na mão do cidadão

- Qualificação do Centro Logístico de Medicamentos Especiais (CELME);
- Maior agilidade e qualificação do serviço de manutenção arbórea;
- Lei Rouanet de Infraestrutura.

4.4 - CUIDAR DA SAÚDE É PRIORIZAR AS PESSOAS

Melhorar a vida de quem precisa do sistema

- Realizar mutirões de atendimentos de saúde para reduzir as filas e o tempo de espera;
- Implementar a Telemedicina;
- Auditoria das filas e cruzamento de dados e uso de SMS para reduzir as taxas de não comparecimentos em cirurgias e atendimentos;
- Reforma dos postos de saúde próprios e fiscalização dos contratos terceirizados.

4.5 - EDUCAÇÃO PARA A VIDA

O básico que transforma

- Atualização dos valores pagos às redes conveniadas de creches;
- Ênfase no ensino de português e matemática, estimulando as habilidades básicas de leitura, interpretação, escrita e cálculo, por meio da criação de um programa de monitoramento individualizado de deficiências nessas áreas e de, sempre que possível em parceria com as famílias, complementação de carga horária, no turno e contraturno;
- Criação de programa específico de treinamento para professores de português e matemática que, incentivados, desejarem fazer parte desse trabalho de transformação educacional. A ideia é ter à disposição um

conjunto de professores treinados para, com didática e engajamento, preparar o reforço, com metas e indicadores de desempenho;

- Retomada da Prova Porto Alegre e realização da Olimpíada Porto-Alegrense de Matemática;
- Abordagem completa das políticas públicas voltadas para os alunos, cruzando dados das diferentes pastas da gestão municipal para obtenção de informações qualitativas.

4.6 - COIBIR O USO DE DROGAS E REABILITAR O DEPENDENTE

Porto Alegre contra as drogas!

- Combater a dependência pelo fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas, com enfoque na detecção do problema e no adequado encaminhamento terapêutico;
- Acompanhamento da assistência social com foco, quando possível, no restabelecimento dos vínculos familiares;
- Para os dependentes crônicos, especialmente de “crack”, implementar um programa de proteção que iniba a violência dessas pessoas contra si mesmos e contra terceiros, de forma criteriosa e com base em laudo psiquiátrico.

4.7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E LIBERDADE

Fugindo da Armadilha da Pobreza

- Aprimorar o acompanhamento das famílias inscritas no Cadastro Único, principalmente levando em conta os efeitos das enchentes de maio de 2024;
- Foco em programas geração de emprego e renda como um das soluções para redução da condição de vulnerabilidade das famílias;
- Fortalecer o programa do aluguel social;
- Expandir e fortalecer as redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, considerando a transversalidade da assistência social no desenvolvimento e implementação dos programas de acolhimento e assistência.

1. RECONSTRUIR

Superar a crise a partir da promoção econômica e resgate da confiança em estar e investir aqui.

1.1 - PORTO ALEGRE FORTE E PROTEGIDA

Resgatar a certeza de que é confiável morar e investir na nossa cidade

A cidade de Porto Alegre tem um histórico de enchentes e alagamentos em razão de sua topografia complexa. Mais de um terço da área urbanizada das regiões baixas da cidade está poucos metros acima do nível do mar, condição que favorece as inundações e alagamentos. Em maio de 2024, no entanto, a cidade enfrentou um dos maiores desastres naturais da sua história. As chuvas intensas e persistentes que afetaram grande parte do Estado do Rio Grande do Sul testaram os limites do sistema de proteção contra enchentes da capital. Nesse sentido, é preciso diagnosticar, com cautela e racionalidade, as causas que nos levaram a vivenciar esse desastre.

Em geral, apontam-se diversos problemas de manutenção da infraestrutura do sistema. É necessário avaliar a extensão desses problemas e o alcance da sua contribuição para as enchentes de maio. Porque, para além de eventuais falhas, há bons indícios que demonstram diversos problemas na execução do projeto original, desenhado na década de 70. Especialistas experientes têm afirmado que as alturas dos diques de proteção são inadequadas em diversos pontos; e que o sistema responsável pelo bombeamento das águas na direção do Guaíba, além de ter sido concebido para águas pluviais, careciam de *stoplock* (um mecanismo que funciona como uma válvula de retenção, projetado para impedir o fluxo reverso da água quando a bomba é desligada e garantir que a água não retorne pelo sistema, o que poderia causar danos à bomba). É evidente que, enquanto este sistema persistir, todos os seus componentes devem ser objeto de zeladoria e manutenção preventiva. Porém, é fundamental o estudo de alternativas. Por exemplo, no caso do muro da Mauá, está clara a necessidade de um sistema mais moderno e seguro e que, ademais, não deixe completamente desprotegidos os Armazéns do Cais Mauá.

É igualmente necessário fortalecer o sistema de drenagem da cidade, composto por redes, canais, galerias, condutos forçados e arroios, que atuam em conjunto com nosso sistema de proteção contra enchentes. Isso implica o reforço de investimentos tanto no sistema pluvial quanto em obras de macro e microdrenagem, além da dragagem dos arroios da cidade. Grande parte desses investimentos será financiada

com recursos provenientes da outorga da concessão integral do DMAE para a prestação de serviços de água e esgotamento sanitário.

Ademais, existem boas soluções que já são adotadas pela cidade no que diz respeito à proteção contra os alagamentos; portanto, em muitos casos, não é preciso reinventar a roda. Alguns parques e áreas verdes da cidade contêm grandes reservatórios de amortecimento, estruturas que acumulam temporariamente as águas pluviais e que têm a função de controlar os fluxos de cheias e diminuir os riscos de inundações. Essas boas ideias devem ser fortalecidas.

Por fim, é preciso estudar soluções de responsabilização que, ainda, tragam recursos para a reconstrução do Município. A União, conforme dispõe o art. 21, XVIII, da Constituição, tem o dever de “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações”. Se esse plano não existe, e se não houve planejamento e tampouco promoção, temos que construir as bases para, de maneira firme e técnica, buscar reparação.

- Qualificar o modelo de proteção atual, com um sistema mais robusto, seguro e moderno e, paralelamente, estudar medidas para viabilizar a construção de um novo sistema, inspirado nas melhores experiências internacionais de enfrentamento a cheias;
- Uso da outorga da concessão do DMAE e captação de recursos internacionais para realização de obras de drenagem urbana;
- Acionar o Judiciário contra o Governo Federal para buscar ressarcimento e atribuição de competência em relação ao sistema de proteção contra enchentes;
- Realizar investimentos em bacias de amortecimento de cheias, a exemplo das praças do arquiteto Claudio Ferraro (Zona Sul) e Dr. Luiz Francisco Guerra Blessmann (Três Figueiras);
- Modernização das casas de bombas, incluindo aumento de sua capacidade.

1.2 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROPRIEDADE E SEGURANÇA PARA MORAR

A casa é minha!

É necessário endereçar o problema do aumento exponencial de pessoas que moram em áreas de risco em Porto Alegre. Em levantamento de 2022, realizado por técnicos do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, observa-se uma elevação expressiva do

número de pessoas vivendo em áreas de risco alto e muito alto em relação à 2012, o que indica uma tendência de agravamento do risco de tragédias humanitárias.

Apenas em áreas classificadas como de alto risco, o número de pessoas expostas aumentou em mais de 75%. Em número absolutos, são mais de 25.800 pessoas vivendo em áreas catalogadas como de alto risco, um dado que não pode ser normalizado e, muito menos, ignorado.

Por isso, é central iniciar o processo de reversão desse quadro enquanto se qualifica o sistema de proteção contra cheias e se qualificam os protocolos preventivos da Defesa Civil. Para tanto, propomos a edição de uma lei municipal que facilite parcerias público-privadas para a realização de reparcelamento de solo, regularizando os lotes das áreas e financiando a operação através dos chamados “lotes de reserva”, decorrentes do melhor aproveitamento do solo e da regularização das áreas.

Trata-se de iniciativa urbanística usada frequentemente na Alemanha e no Japão, possuindo farto histórico de sucesso, pois promove um melhor aproveitamento das áreas do Município, entregando um legado perene de ganhos sociais difusos e desonerando os cofres públicos, já que permite o financiamento do projeto através dos proprietários, que contribuem por meio da cedência de pequenas áreas de seus lotes.

Além disso, essa iniciativa permitirá que a Prefeitura concentre mais seus esforços naquelas áreas não regularizáveis, promovendo a realocação através de novos imóveis a serem entregues em outras localidades, preferencialmente com o uso de permutas, aproveitando o estoque de imóveis e terrenos que já se encontra disponível no acervo da Prefeitura.

- Reorganizar lotes, viabilizando a regularização dos terrenos e habitações;
- Intensificar a realocação de famílias que hoje estão em regiões de risco, especialmente nos diques;
- Utilização de próprios municipais para permuta e reassentamento de famílias.

1.3 - ATIVAÇÃO ECONÔMICA ATRAVÉS DA REDUÇÃO TRIBUTÁRIA

Porto Alegre aberta aos negócios!

As áreas da cidade afetadas pelos alagamentos da enchente de maio de 2024 enfrentam uma perda de valor de mercado substancial, tanto a nível imobiliário quanto em termos de atividade econômica. Por outro lado, há um aumento

substancial na procura por imóveis de áreas não afetadas, gerando um desequilíbrio nos preços relativos dos imóveis na cidade.

Nesses termos, é necessário um programa de ativação da área alagada através da desoneração tributária para transferência de imóveis, facilitando a oxigenação da região, e de desoneração de ISS, estabelecendo uma alíquota reduzida, por tempo limitado, para todas as zonas afetadas. Assim, propõe-se a isenção de ITBI e a redução de alíquota de ISS nas áreas da mancha de inundação.

Por fim, de modo a aumentar a receita corrente para os próximos anos e regularizar a situação dos porto-alegrenses, será feito o programa “imóvel legal”, através do qual obras não averbadas na Prefeitura poderão ser regularizadas sem o lançamento retroativo de IPTU e Taxa de Recolhimento de Lixo, melhorando a vida de quem empreende e mora em Porto Alegre, ao mesmo tempo em que estimulamos um patamar mais alto de arrecadação para o futuro através da tributação de áreas que hoje não estão regularizadas.

- Desoneração tributária (ISS e ITBI) em áreas afetadas pela enchente de 2024;
- Criação de programa de incentivo à regularização de obras não averbadas;

2. FORTALECER

Retomar e ampliar iniciativas que já mostraram resultados na cidade, premiando o serviço público eficiente e de qualidade.

2.1 - DEFESA CIVIL: PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E AÇÃO

A defesa da Cidade em primeiro plano

Eventos climáticos e desastres naturais podem afetar diretamente a vida das pessoas e, por este motivo, demandam uma resposta adequada por parte do poder público. As enchentes de maio de 2024 trouxeram a lição de que o Estado, nas suas mais diversas instâncias, não está adequadamente preparado e equipado para lidar com estes eventos extremos. Não fosse a resposta rápida da sociedade civil por meio de doações, salvamentos e voluntariado em geral, o caos teria sido ainda maior. Contudo, não podemos contar com esse heroísmo para sempre. É necessário profissionalizar a nossa resposta aos desafios que os desastres climáticos nos impõem.

Para isso, a Defesa Civil não pode ser apenas reativa, mas deve atuar na prevenção e ser capaz de construir e executar planos de contingência com base em diferentes tipos e cenários de risco, como deslizamentos, enchentes, enxurradas, vendavais, tempestades, etc. A sociedade pode e deve ser integrada tanto na construção como na execução dos planos, pois isso aumenta a chance de proteção das vidas, reduz os riscos e mitiga os danos.

Assim, acreditamos na construção de uma revisão do Plano de Contingência de Porto Alegre em parceria com a sociedade, elencando instituições e responsáveis nos casos de emergência, evitando ruídos de comunicações entre a Defesa Civil e outros órgãos, decorrentes em grande medida da ausência de uma matriz de responsabilidades clara. Por fim, entendemos que é necessário a formação de instituições voluntárias e civis, que possam auxiliar a Defesa Civil durante o período de fortalecimento da instituição, que ainda se encontra muito aquém em termos de estrutura do necessário para fazer frente às suas responsabilidades.

- Capacitação da cidade para eventos extremos através de fortalecimento do PLANCON (Plano de Contingência) e do Plano de Gestão de Riscos;
- Fortalecimento da Defesa Civil municipal;
- Identificação e capacitação de lideranças locais nas áreas de risco para atuar em conjunto com a Defesa Civil na prevenção, execução dos planos e mitigação dos efeitos adversos.

2.2 - TRANSPORTE PÚBLICO: GESTÃO E QUALIDADE

A aposta na pontualidade e na eficiência

Idealmente, o sistema de transporte coletivo por ônibus precisaria ser completamente repensado e reestruturado. Ele precisa ser viável economicamente, eficiente e capaz de fazer a ligação entre a casa e o trabalho, entre o bairro e o centro, com previsibilidade. Por isso, estudaremos a viabilidade de rediscussão dos contratos administrativos atualmente ajustados, avaliando se ainda atendem ao interesse público.

De todo modo, a Prefeitura não pode depender do modelo ideal. Enquanto houver um modelo não ideal, mas operativo, ele precisa funcionar com regularidade, qualidade satisfatória e, principalmente, pontualidade. A trabalhadora e o trabalhador, que acordam cedo todos os dias, não podem depender de horários aleatórios. No sistema de transporte de Porto Alegre, a pontualidade deve ser a

regra. Além disso, precisamos incrementar o sistema de monitoramento do trajeto dos ônibus por aplicativo, além de universalizar o mapa de horários nas paradas. Por fim, sempre que presente o recurso público para subsidiar a tarifa, o montante aplicado dependerá de critérios meritocráticos, dependentes da avaliação do usuário sobre a qualidade do serviço prestado pela empresa.

Como toda cidade que pretende modernizar o sistema de transportes e dinamizar a circulação, Porto Alegre deve manter o enfoque na integração entre os modais. A natureza da cidade permite pensar, por exemplo, no incremento da conexão entre o transporte coletivo terrestre e hidroviário, explorando o sistema aquaviário propiciado pelo Guaíba. Além disso, Porto Alegre já conta com extensa rede de ciclovias, elemento que, embora pontual e específico, constitui mais uma oferta na rede de circulação e mobilidade.

- Estudar a reestruturação do modelo de transporte público de Porto Alegre;
- Aperfeiçoar o sistema de integração entre modais, com uso da tecnologia;
- Utilizar a tecnologia para aprimorar os aplicativos de horário e trajeto, tornando-os mais eficientes e funcionais;
- Adoção de critérios meritocráticos, relacionados à avaliação do usuário sobre a qualidade do serviço prestado, na definição do montante destinado a subsidiar a tarifa, enquanto não se encaminha uma resolução definitiva para o problema estrutural.

2.3 - RACIONALIZAR E ACELERAR O FLUXO DE TRÂNSITO

A mobilidade é na prática!

Uma das principais queixas do cidadão porto-alegrense em relação à mobilidade urbana tem a ver com o fluxo de trânsito nas principais vias da cidade e, especialmente, nos horários de pico. Para isso, é preciso (1) revisar o sistema de corredores de ônibus, mantendo apenas aqueles que são realmente úteis para o deslocamento na relação casa/trabalho; (2) instituir o programa “siga livre à direita”, fomentando ao máximo a utilização desse expediente de sinalização para desafogar as vias da cidade; (3) investir em tecnologia inovadora para aprimorar a eficiência dos semáforos, a exemplo dos “semáforos inteligentes” (são sensíveis à demanda de veículos e atuam de maneira sincronizada e em rede), que já começam a ser instalados na cidade de São Paulo; (4) avaliar a eficiência do sistema de ciclovias, incrementando a rede em locais mais acessados e, por outro lado, desativando as faixas para ciclistas onde não se identifique movimento significativo, real e potencial;

(5) instituir, na EPTC, o programa “EPTC inteligente”, com enfoque no monitoramento em tempo real das vias de trânsito, para que as equipes de fiscalização se desloquem com precisão para auxiliar na fluidez do tráfego e para, com rapidez, desobstruir os pontos críticos.

- Otimizar sistema de trânsito da cidade, com especial atenção para revisão do sistema de corredores de ônibus e racionalização das ciclovias;
- Eliminação de semáforos desnecessários, a partir de estudo semaforico, além de aportar investimento na tecnologia do “semáforo inteligente”;
- Programa “siga livre à direita” de facilitação do fluxo;
- EPTC com enfoque em inteligência e monitoramento de vias e fluidez do trânsito.

2.4 - SEGURANÇA E PRESENÇA: A GUARDA NAS RUAS

Porto Alegre com sensação de segurança!

Os dados mais recentes apontam uma redução gradual no número de homicídios na capital desde 2016. O avanço da direita liberal e conservadora, com o impeachment de Dilma Rousseff, o governo de Michel Temer e a gestão Jair Bolsonaro, coincide com a implementação de políticas de segurança pública que, gradativamente, foram reduzindo os níveis alarmantes de violência que marcaram o Brasil do PT. Porto Alegre, até 2016, foi profundamente afetada por uma política de segurança benevolente com o criminoso comum e com o crime organizado. A política da desordem foi dando lugar a uma política mais preocupada com a ordem. A ordem precisa ser mantida em Porto Alegre. É preciso fortalecer os mecanismos de integração com a Brigada Militar (que atua em nível estadual) e com os serviços de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Além disso, parte da sensação de insegurança da população tem a ver com a persistência dos furtos nos bairros, especialmente o furto de fios. Para combater essa realidade, precisamos aumentar o patrulhamento da Guarda Municipal - nos bairros, nas ruas, com agilidade e eficiência.

- Manutenção da política da ordem, do patrulhamento e da preservação da autoridade do profissional de segurança;
- Fortalecimento da inteligência da Guarda Municipal, com monitoramento das regiões que mais carecem de patrulhamento;
- Aumento da presença da Guarda nas ruas;

- Combate implacável ao furto de fios, com proibição (e multa) administrativa para a queimação da fiação nas ruas, fato que tem incrementado a proximidade entre o crime e a população pacífica, aumentando a sensação de insegurança;
- Incremento da conexão entre a Guarda Municipal e a Brigada Militar, com o aumento de câmeras de monitoramento em lugares estratégicos, de modo a municiar o trabalho de policiamento ostensivo da Brigada.

2.5 - PORTO ALEGRE DE BRAÇOS ABERTOS PARA O MUNDO

O turismo de negócios como vocação

O Rio Grande do Sul já tem lugares consolidados para turismo tradicional, mas na parte de turismo de negócios e de experiências de lazer há espaço para a consolidação da capital. Anualmente, já somos destino de milhares de pessoas do mundo todo, como no caso do South Summit Brazil. Porém, essas pessoas ainda não usufruem de tudo o que a cidade tem e pode oferecer.

Para consolidar Porto Alegre como um destino de referência para eventos e congressos, a Administração será parceira na criação de centros de eventos modernos e multifuncionais, capazes de atender demandas de feiras de grande porte, hoje restritas na cidade. Os benefícios dessa parceria são diversos, fomentando o desenvolvimento econômico, estimulando o setor de serviços — como hotéis, restaurantes e transporte — e aumentando a arrecadação municipal, direta e indiretamente. Um dos ganhos indiretos está no fluxo relevante de pessoas para a consolidação no imaginário popular das potencialidades da cidade, como o seu tradicional churrasco e o pujante polo cervejeiro, que oferecem experiências únicas para quem nos visita.

Essas e outras experiências precisam ser valorizadas, razão pela qual defendemos a criação de um catálogo cultural da cidade, acessível em portal próprio e através do app 156+POA. Com isso, as feiras cervejeiras, os churrascos de rua e o talento dos nossos artistas poderão ser prestigiados por todos, visitantes ou não. Criaremos uma memória positiva da cidade.

Além disso, há que se destacar que Porto Alegre já chama a atenção como destino para serviços médicos. O reconhecimento dessa vocação nos força a convidar o mundo para a nossa capital, atraindo eventos internacionais da área da saúde. Ainda, é possível buscar a estruturação de polos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde, gerando emprego e renda, ao mesmo tempo em que fortalecemos a nossa rede de suporte para as pessoas mais fragilizadas.

O partido NOVO tem a capacidade de gestão necessária para entregar esse legado à cidade, permitindo que colhamos os frutos dessa iniciativa por muitos anos. Em resumo, o plano é transformar Porto Alegre em um destino de excelência, com um centro de eventos de referência e um programa de valorização dos empreendedores do lazer, promovendo uma cidade mais acolhedora e próspera para todos os seus cidadãos.

- Fortalecer a divulgação de um calendário de eventos da cidade;
- Atuar como parceiro na consolidação da cidade como hub de saúde;
- Ser parceiro na viabilização de um novo centro de eventos de grande porte;
- Fortalecer o setor de entretenimento na cidade, valorizando suas vocações, como polo cervejeiro da cidade.

2.6 - SOLUÇÕES PRIVADAS PARA PROBLEMAS PÚBLICOS

A prestação do serviço como prioridade

Há algum tempo, Porto Alegre tem adotado novas estratégias para melhorar não só a oferta de serviços públicos, mas também a manutenção e o aproveitamento dos espaços públicos da cidade. Dentre estas estratégias, destacam-se a adoção e a concessão desses espaços ao setor privado. Além de melhorar a qualidade de vida dos porto-alegrenses, essas parcerias promovem a sensação de pertencimento e responsabilidade coletiva. Ao envolver a comunidade no cuidado e na preservação desses espaços, cria-se um ambiente de cooperação e valorização do patrimônio público.

São diversos os exemplos bem sucedidos, desde o Viaduto Obirici ou o Quintal da Rubim, ao complexo gastronômico conhecido como Refúgio do Lago, viabilizado a partir da nossa proposta de revogação de uma lei de 1960, que impedia novas construções no Parque Farroupilha. Há também exemplos de escolas comunitárias, como a Aldeia Lumiar. Essas parcerias serão intensificadas, seja no que diz respeito aos espaços públicos ou na requalificação da infraestrutura de serviços que servem diretamente à população.

Outro espaço para soluções privadas de problemas públicos é na gestão de resíduos da cidade. A Prefeitura vê o lixo como um problema, mas, se bem aproveitado, ele pode ser uma importante fonte de renda e de empreendedorismo sustentável para a nossa população. Atualmente, um dos principais contratos da Prefeitura envolve o transporte de resíduos para Minas do Leão, um município que tem visto um impulso

econômico significativo devido ao reaproveitamento desses materiais. Esse processo não só fomenta a economia local, mas também abre caminho para inovações na gestão de resíduos da capital gaúcha.

Além disso, defendemos a retomada do uso de contêineres para lixo orgânico, uma iniciativa anteriormente implementada de forma limitada mas que possui grande potencial, melhorando a classificação de resíduos e, por consequência, otimizando a sua destinação. A adoção de tecnologias que restrinjam a abertura dos contêineres pode evitar a sujeira causada pela coleta irregular que, frequentemente, é a maior crítica que as pessoas possuem ao modelo.

Por último, no que tange à logística reversa, Porto Alegre está defasada e corre o risco de ser excluída de importantes investimentos nessa área. Para enfrentar essa situação, defendemos um modelo de logística reversa conduzido por entidades privadas, apoiado pelo Sandbox regulatório. Este instrumento permitirá que empresas se registrem para participar no recolhimento de insumos para geração de energia e logística reversa, promovendo uma gestão de resíduos mais inovadora e ambientalmente sustentável, gerando riqueza para o cidadão que descarta corretamente e para todo o ecossistema de empresas e trabalhadores que será criado em decorrência do modelo.

- Intensificação das parcerias com a iniciativa privada para a revitalização de espaços urbanos na cidade, incluindo rótulas, viadutos, praças e parques, dando prioridade para as regiões de maior vulnerabilidade social e menor acesso a equipamentos públicos de lazer;
- Aprofundar a realização de parcerias para requalificação da infraestrutura das escolas e dos postos de saúde municipais;
- Promoção de estudos técnicos de viabilidade de Parcerias Público Privadas de outros espaços públicos da cidade, como a Orla de Ipanema e o Sambódromo de Porto Alegre.
- Sandbox Regulatório como forma de encontrar soluções para logística reversa;
- Reestruturar a relação da cidade com os resíduos sólidos, tratando-os como oportunidade econômica.

2.7 - CONTROLE E EFICIÊNCIA NA GESTÃO DA MÁQUINA PÚBLICA

O Feijão com arroz bem feito

A preocupação com as finanças do Município e a eficiência da gestão pública devem fazer parte do dia a dia de qualquer gestor. Contas desequilibradas e gestão ineficiente costumam ter como consequência a má prestação dos serviços, a

malversação do dinheiro público e a imposição de tributação excessiva sobre a população. Após sucessivos governos com as contas no vermelho, desde 2020 os resultados do Tesouro Municipal têm sido positivos. Esse resultado faz parte de uma agenda de reformas que vem sendo implementada na cidade desde 2016, movimento do qual o NOVO fez parte. Não obstante, isto pode e deve ser aprofundado.

O controle das despesas seguirá sendo o norte para não onerar em demasia o cidadão porto-alegrense, garantindo a capacidade da prefeitura de realizar investimentos públicos necessários e a redução da carga tributária sobre famílias e empresas. Mas isso não basta. É preciso também demonstrar que os recursos dos cidadãos estão sendo bem empregados. O Município precisa de um sistema regular e rigoroso de monitoramento e avaliação das políticas e dos programas públicos. Uma gestão eficiente deve, ainda, reforçar suas políticas de *compliance* e adotar novas tecnologias tanto para auxiliar no controle das despesas como para aumentar a assertividade na detecção, prevenção e combate à corrupção ou fraudes dentro do setor público. O setor público precisa utilizar os avanços tecnológicos ao seu favor para automatização de tarefas, desenvolvimento de serviços e otimização de processos.

Outro ponto importante diz respeito à gestão dos ativos do município, tendo em vista que estes podem ser tanto uma fonte de despesa quanto de receita para a prefeitura. Houve avanços nos últimos anos, principalmente na gestão imobiliária, mas isso pode e deve ser fortalecido.

- Racionalizar a estrutura e buscar oportunidades de redução de custos da máquina pública, sem prejuízos à qualidade dos serviços prestados;
- Priorizar o critério técnico nas escolhas para cargos de direção;
- Controlar as despesas para permitir o foco nos investimentos e a redução da carga tributária;
- Facilitar o pagamento de tributos e reduzir a complexidade tributária no âmbito municipal;
- Avaliar programas e políticas públicas para garantir a qualidade do gasto e evitar desperdícios ;
- Incrementar o *compliance* e utilizar novas tecnologias para realizar cruzamento de bases de dados e identificar potenciais irregularidades;
- Rastrear e revisar os contratos administrativos celebrados pelo Município;
- Aprofundar o Programa de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Município.

3. INOVAR

Ofertar serviços públicos com uma visão de cidade sem preconceitos e que olhe para o mundo em busca de políticas públicas que dão certo.

3.1 - UMA NOVA POLÍTICA URBANA

O desenho da cidade deve torná-la viva, convidativa para o pedestre e com foco na promoção do desenvolvimento

Os indivíduos vivem nas cidades há pelo menos 11 mil anos. Por promoverem a concentração de recursos, empresas e pessoas, os centros urbanos costumam ser os motores da inovação e do crescimento econômico. Mas uma cidade precisa ser pensada para atender às necessidades dos indivíduos. Cidades com regras de planejamento urbano pouco flexíveis tendem a crescer de forma desordenada, afastando as pessoas física e geograficamente, reduzindo as possibilidades de inovação e promovendo a marginalização social. Também permitem que a ocupação do espaço urbano ocorra sem o adequado suporte de serviços de infraestrutura básica, como redes de água e esgotamento sanitário, o que reforça a pobreza e a desigualdade.

Há que se considerar que, como consequência de mudanças climáticas ocasionadas por fatores como as ações antrópicas, estamos presenciando um aumento da intensidade e da frequência de eventos extremos. Assim, o ato de pensar a cidade requer também a consideração desse fator na concepção do desenho urbano. Nesse sentido, a premissa básica deve ser a de que, estabelecida a matriz de riscos naturais enfrentados pela cidade, os habitantes precisam estar mais próximos dos principais centros de trabalho, educação, saúde e lazer. Empresas mais próximas também aumentam o potencial de crescimento e permitem a criação de *clusters*. Porto Alegre precisa se espelhar nas principais metrópoles do mundo que incorporaram em seu planejamento fatores de riscos novos sem que com isso se perca a autenticidade.

Isso significa que também precisamos avançar em projetos-piloto, articulados junto à comunidade, para dar mais flexibilidade a determinados espaços urbanos. A cidade deve promover novos espaços com ruas contínuas ou flexíveis que permitam a integração entre a calçada e a rua. Nesses espaços, haverá maior aproveitamento do local pelo pedestre, maior estímulo ao comércio e um “convite” para que as famílias aproveitem a cidade caminhando e ocupando o espaço público. Trata-se de experiência exitosa em diversas grandes cidades do mundo.

Além disso, precisamos avançar na padronização das calçadas. Porto Alegre precisa

ser mais acessível ao idoso e à pessoa com deficiência. Uma multitude de calçadas diferentes prejudica a estética da cidade e, mais importante, dificulta o acesso para quem precisa do caminho livre, firme e simples. A padronização também facilita a vida de cadeirantes e o uso de carrinhos de bebê pelas famílias que circulam pelos bairros.

Por fim, melhorias estéticas dos nossos espaços públicos, além de tornar a cidade mais atrativa e contribuir para experiências mais agradáveis dos habitantes, são peça fundamental na necessária retomada da confiança dos porto-alegrenses após esse grave período de destruição causado pelas enchentes, além, é claro, de tornar a cidade mais atrativa a quem não é daqui.

- Revisão do Plano Diretor para aumentar a densidade habitacional nos bairros centrais da cidade, reduzindo o custo da moradia e promovendo desenvolvimento econômico, com melhor aproveitamento daquelas infraestruturas de serviços públicos e de transporte instaladas e que são capazes de absorver esses incrementos;
- Flexibilização do zoneamento e incentivo à implementação de fachadas ativas;
- Estudar e viabilizar, junto à comunidade, projetos de ruas contínuas;
- Avançar na padronização das calçadas, facilitando a acessibilidade;
- Instituir uma premiação anual para promover a disrupção arquitetônica, valorizando o capital intelectual local e estimulando a construção de edificações com formas livres para que a reconstrução da cidade deixe um legado duradouro, à luz do que foi feito em Chicago após o Grande Incêndio de 1871;
- Acupuntura estética: estimular intervenções artísticas que tragam leveza e vivacidade para regiões mais áridas, embelezando, por exemplo, o muro do Trensurb e as entradas da capital.

3.2 - GOVERNO DIGITAL

O novo a serviço do povo!

Porto Alegre precisa entrar de vez no século XXI. Atualmente, o portal 156+POA é o portal digital de acesso aos serviços da Prefeitura, mas ainda insatisfatório, com uma interface pouco intuitiva e que não se converte em garantia dos serviços solicitados.

Há ainda baixa adesão ao uso do aplicativo, por força do desconhecimento sobre a plataforma, e poucas solicitações são de fato endereçadas, ficando com os protocolos pendentes na plataforma.

Por isso, é necessário tornar a plataforma conhecida e confiável, mudando o formato de recebimento e processamento das demandas no aplicativo, bem como o relacionamento que ele promove com a população. A forma correta de fazer isso passa necessariamente por uma reestruturação visual, tornando-o mais intuitivo, mas também de administração interna, para que o cidadão reconheça na plataforma um caminho seguro para a resolução de suas demandas junto à Prefeitura.

Atualmente, muitas pessoas não utilizam a plataforma, pois sequer acreditam que ela possa efetivamente endereçar as suas demandas. A inexistência de ferramentas de transparência quanto às demandas de outras pessoas e os esforços efetivamente empenhados nas suas resoluções. Além disso, há espaço para que o portal abrace novas iniciativas, como a facilitação de informações ligadas à agenda cultural da cidade e a telemedicina, o que aumenta o engajamento com a plataforma e qualifica a relação com o cidadão.

O Partido NOVO sempre teve na sua genética a inovação por dentro da máquina, que gera legados duradouros, e com Porto Alegre não será diferente. Criamos o Sandbox Regulatório para atrair a disrupção e a inovação na cidade e, agora, ocupando a Prefeitura, iremos abrir as portas do Paço Municipal.

- Reestruturação do app 156+POA;
- Ampliação dos mecanismos de transparência no plano digital;
- Utilização de IA para auditoria constante das contratações públicas.

3.3 - TRANSPARÊNCIA DE DADOS E OPEN SOURCE

Acompanhamento e controle da sociedade civil

O compromisso com a transparência está no DNA do Partido NOVO. Por exemplo: Camozzato foi autor da lei da transparência do IPTU, que permitiu ao cidadão saber como a Prefeitura chegou ao valor que cobra; do ITBI, que estabeleceu a necessidade de fundamentação por parte dos fiscais em casos de divergências maiores que 20% do valor declarado; e de outras, como da transparência das estatais e das obras públicas.

Uma vez na Prefeitura, a ideia é tornar a transparência uma marca de Porto Alegre. Trata-se de uma obrigação de Estado. Para tanto, adotaremos modelos como os implementados em Florianópolis, onde foi criado um portal de dados abertos (Floripa em Números) que absorve e divulga, automaticamente, todos os mais de cem indicadores que a Prefeitura colhe, aliado ao sistema de APIs e de transparência que foi exitoso na Prefeitura de Sobral, no Ceará.

A transparência, para além dos indicadores, também tem um papel fundamental no sucesso de programas de requalificação urbana, em especial aqueles que envolvem benefícios tributários ou urbanísticos. Em que pese o Município já possua essas iniciativas, por muitas vezes, os operadores privados tem pouca clareza sobre os seus critérios ou sobre os processos avaliativos de adesão aos referidos programas. Por isso, divulgaremos os critérios utilizados em cada programa, bem como as etapas dos processos de adesão, diminuindo as barreiras de entrada para quem quer usufruir de tais benefícios e tornando a concorrência mais isonômica na cidade.

Além da transparência pura e simples, essa abertura permite ao Município colher os frutos do cruzamento de diversos dados identificados por áreas, seja no plano econômico ou social. Por exemplo, é urgente que a base de dados da atenção primária seja compartilhada e qualificada através dos sistemas ligados à Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), gerando inteligência sobre as necessidades da nossa população em termos de políticas públicas focalizadas e eficientes, que emancipem as pessoas.

Ainda, através do aplicativo 156+POA, queremos tornar todo o cidadão um fiscal da Prefeitura, ampliando o acesso aos dados de transparência e aos demais serviços de denúncia. Essa interação será qualificada através do uso de Inteligência Artificial, que atuará como co-piloto do cidadão no processo de fiscalização, auxiliando na comparação de atas de preço com o preço médio de insumos no mercado e diversas outras aplicabilidades de fiscalização de serviços públicos.

Por fim, é necessário entender que o papel da Prefeitura não é meramente prestar informações de forma passiva, mas sim trabalhar na consolidação de plataformas acessíveis e que ativamente entreguem os dados para o cidadão interessado, permitindo o exercício da cidadania e da fiscalização. Por isso, criaremos o “painel dos serviços públicos” a fim de tornar públicas todas as demandas de zeladoria abertas, como as relacionadas a podas, buracos em vias, capina de praças.

- Criação de um portal de dados abertos com informações das secretarias;
- Tornar transparentes os critérios para adesão a programas que envolvam benefícios fiscais e urbanísticos;
- Aperfeiçoamento do sistema de cruzamento dos dados públicos municipais;
- Painel dos serviços públicos, com dados em tempo real de zeladoria urbana.

4. LIBERTAR

Prover as condições mínimas necessárias para que os porto-alegrenses sejam protagonistas de suas próprias vidas.

4.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TODOS

Inclusão e transversalidade

O debate em torno da proteção de grupos e pessoas que, em geral, são objeto de discriminação tende à demagogia e, com frequência, ignora o problema concreto do indivíduo. Nossa visão sobre a questão do racismo, da homofobia (e da aversão a toda e qualquer forma de expressão da diversidade sexual), além do problema da violência contra a mulher, envolve uma preocupação concreta com a pessoa discriminada e com os efeitos danosos que aquela situação específica pode gerar. Nesse sentido, as políticas públicas devem ser desenhadas para, efetivamente, resolver o problema que realmente afeta a pessoa que, por qualquer condição, se encontra em uma posição de desvantagem.

Por exemplo, os estudos estatísticos têm mostrado que, no Rio Grande do Sul, os negros são quase 20% da população, estando, porém, entre os 30% mais pobres. Quando falamos na universalização do saneamento, estamos diretamente pensando no benefício à população mais carente e, em consequência, na garantia de um serviço público básico à parcela das pessoas negras. Quando falamos no patrulhamento da Guarda Municipal e na implementação de uma política de ordem, estamos olhando para aqueles que mais sofrem com a violência - as populações mais vulneráveis, seja por razões econômicas, seja por razões de discriminação. E, na questão da violência, também é preciso tornar a cidade mais segura, agradável, iluminada e viva. Isso auxilia no combate à violência contra a mulher, que, atualmente, tem não só mostrado uma faceta doméstica, mas tem, também, avançado sobre parques e espaços públicos da cidade. Pensar formas de qualificar esses espaços é um modo de dar mais segurança à mulher. Se pensamos nas vagas em creches, é porque nos preocupamos com a liberdade e com a independência da mulher, que precisa, para

trabalhar em paz, ter a tranquilidade de deixar seus filhos pequenos em um local seguro, educativo e apropriado. Os abrigos para mulheres em situação de vulnerabilidade em função da violência doméstica também precisam funcionar com eficiência. Além disso, a violência contra as pessoas LGBTQIA+ - e os dados têm mostrado isso - reduz quando reduz a violência em geral. Na saúde, por exemplo, as políticas públicas que são específicas para grupos, seja a saúde do idoso, da criança ou das pessoas LGBTQIA+, são importantes pois tratam da focalização da política pública, aumentando sua eficiência.

Em síntese, cuidar de cada um é cuidar de todos sem deixar que a militância que grupos políticos fazem e capturam pautas se sobreponha às políticas públicas racionais, eficientes e baseadas em evidências. Não temos compromisso com proselitismo ideológico, mas sim com as reais necessidades das pessoas.

- Transversalidade na inclusão: reforçar a segurança pública e cuidar dos espaços urbanos são formas de combater a violência, beneficiando, sobretudo, pessoas vulneráveis e sujeitas à discriminação;
- A universalização do saneamento básico como medida urgente para melhorar a qualidade de vida das pessoas mais pobres, muitas delas pessoas negras, que precisam que essa demanda real seja enfrentada;
- Reduzir o problema das vagas em creches, para que as mulheres possam, deixando seus filhos em local seguro, educativo e adequado, ter tranquilidade para trabalhar;
- Segurança pública ativa e ampla para que populações mais vulneráveis, seja por razões econômicas, seja por razões de discriminação, possam também sentir-se em segurança quando circulam pela cidade.

4.2 - CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Entregar o Básico para a População

Porto Alegre ocupa o 44º lugar no ranking de saneamento das 100 maiores cidades para 2024, conforme divulgado pelo Instituto Trata Brasil. Embora nossa cidade disponha de um atendimento quase universal quanto ao abastecimento de água e esgoto, o tratamento de esgoto ainda é muito deficiente. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, apenas 55,4% do esgoto coletado em Porto Alegre é tratado.

As consequências dessa deficiência são graves. O esgoto não tratado, despejado a céu aberto, polui os afluentes e eleva o risco de contaminação por doenças transmitidas pela água, impactando diretamente na mortalidade infantil e aumentando as hospitalizações por disenteria e infecções respiratórias agudas. A precariedade do saneamento pode ainda comprometer o desempenho escolar e a produtividade no trabalho, além de depreciar o valor dos imóveis. Portanto, os impactos do saneamento inadequado se estendem além da saúde, afetando também a economia de maneira direta e indireta.

A maior parte do atraso em melhorar este quadro está ligada à limitada capacidade de investimento do DMAE, que está preso a um modelo de gestão ultrapassado e inflexível. Pelo ritmo atual, levaria décadas para que Porto Alegre alcançasse a universalização do serviço de saneamento básico. É evidente que não há como atingir essa meta sem uma mudança radical no modelo operacional dos serviços. O saneamento básico é uma questão urgente, e a cidade precisa resolver esse problema com celeridade. Por isso, é essencial conceder integralmente os serviços de saneamento, restringindo o papel do Estado à regulação, mas não à operação deste serviço.

- Concessão do DMAE para permitir a universalização do saneamento básico.

4.3 - DESCENTRALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O poder de decisão na mão do cidadão

Atualmente, acessar as políticas públicas em Porto Alegre é um desafio significativo, especialmente para os cidadãos mais necessitados. Os postos de saúde são frequentemente distantes, o dispensário de medicamentos especiais não oferece entrega para pessoas com mobilidade reduzida e não há canais simples e qualificados para orientação. Além disso, a execução de obras de infraestrutura e serviços públicos é excessivamente centralizada, o que dificulta a eficiência e o alcance dos benefícios.

De modo similar, é necessário otimizar os serviços do Centro Logístico de Medicamentos Especiais (CELME), antiga Farmácia de Medicamentos Especiais, para evitar filas e facilitar a distribuição de medicamentos.

Propomos a qualificação dos atendimentos do CELME por meio da conscientização sobre a importância dos agendamentos e da criação de um sistema de entregas para

casos de necessidade ou para cidadãos dispostos a pagar pela retirada por terceiros. Isso reduziria filas e melhoraria a qualidade do serviço prestado.

Descentralizar serviços e tornar a Prefeitura mais acessível é essencial para melhorar a satisfação dos cidadãos. Nesse sentido, nosso plano de governo para Porto Alegre inclui também a criação de uma "Lei Rouanet de Infraestrutura" que permita que empresas realizem obras que são fruto de um "cardápio" de serviços de interesse público a ser divulgado pela administração pública em troca de incentivos, tributários ou não, a serem estabelecidos pelo respectivo Conselho Gestor. Isso estimulará parcerias público-privadas para o desenvolvimento urbano e a melhoria da infraestrutura da cidade, acelerando obras públicas sem sobrecarregar os cofres municipais e incentivando o envolvimento do setor privado, gerando empregos e desenvolvimento econômico local.

Outro ponto importante de descentralização são as podas. Um dos grandes méritos de Porto Alegre é a sua arborização, que não apenas embeleza a cidade, mas melhora a qualidade de vida de todos. Contudo, como tudo que é precioso, é necessário cuidado e agilidade na construção de soluções. Atualmente, a dificuldade de realização de podas resulta em ações irregulares por parte da população, focos de incêndio junto à rede elétrica e lentidão no endereçamento de podas relevantes.

Por isso, acreditamos na importância da descentralização de podas, através do cadastramentos de ONGs e empresas idôneas, que possam compartilhar da responsabilidade do Município de laudar e realizar as podas, trazendo segurança e agilidade no atendimento às demandas dos cidadãos

Este plano visa não apenas melhorar a infraestrutura e os serviços públicos de Porto Alegre, mas também fortalecer a participação da comunidade e do setor privado no desenvolvimento da cidade, promovendo uma gestão pública mais moderna e eficiente.

- Qualificação do Centro Logístico de Medicamentos Especiais (CELME);
- Maior agilidade e qualificação do serviço de manutenção arbórea;
- Lei Rouanet de Infraestrutura.

4.4 - CUIDAR DA SAÚDE É PRIORIZAR AS PESSOAS

Melhorar a vida de quem precisa do sistema

A qualificação do sistema de saúde no Município é uma das medidas com maior impacto social imediato que um governo pode ter. A começar pelos postos de saúde do Município, muitos dos quais apresentam problemas em suas estruturas,

colocando em risco a vida dos usuários e operadores, ao mesmo tempo em que prejudicam o próprio atendimento clínico. Nesse sentido, a primeira medida que se impõe a um governo preocupado com as pessoas é a realização de uma grande pesquisa com os operadores para a formação de uma lista de demandas, organizada por prioridade, de modo que se possa endereçar de forma acelerada os casos mais graves.

Outro elemento importante é a qualificação da fiscalização dos serviços concedidos. Ainda que esses serviços tenham apresentado uma melhora importante nos indicadores de atendimento ao cidadão, ainda há casos de abusos e estruturas subdimensionadas para os parâmetros estabelecidos contratualmente. Esses casos decorrem de uma mudança de perfil de prestação de serviço público que ainda não foi adequadamente compreendido pelos órgãos da Prefeitura, que precisam reconhecer o seu espaço de protagonismo na fiscalização dos serviços de saúde concedidos.

Por isso, propõe-se a criação de uma equipe especializada para coordenar e qualificar, tanto o servidor como o cidadão, através do novo portal 156+POA, para o exercício do dever fiscalizatório. Outro elemento importante que envolve o portal é a telemedicina, que ainda não foi adequadamente implementada na cidade. Atualmente, o Ministério da Saúde já dispõe de convênio para operacionalização da telemedicina, bastando que o Município faça a aderência ao convênio e inicie a oferta do serviço para a população. Trata-se de medida urgente, pois democratiza o acesso - especialmente daqueles em regiões periféricas - à porta dos serviços de saúde da família e demais especialidades quando necessário.

Ainda, entendemos necessária uma revisão profunda da fila para atendimentos com especialistas e da fila para cirurgias. Atualmente, o sistema padece de uma ineficiência enorme, com a manutenção inclusive dos agendamentos realizados para pessoas que já faleceram, aumentando os tempos de espera e gerando custos de ineficiência para a totalidade do sistema. A fila deve ser constantemente auditada e os procedimentos confirmados pelos cidadãos, de modo que não se perca o atendimento com os não comparecimentos.

A solução para esses problemas passa necessariamente pela modernização do sistema de filas. É simples realizar, através de Inteligência Artificial, a auditoria constante da fila com a situação dos CPFs na Receita Federal, bem como o disparo de

SMS de confirmação para aqueles que possuem agendamentos. São questões que a Administração Pública por anos negligenciou e que, atualmente, fazem com que o cidadão pague caro por serviços essenciais dos quais dependem, mas que, por vezes, não consegue ter acesso em tempo hábil.

- Realizar mutirões de atendimentos de saúde para reduzir as filas e o tempo de espera;
- Implementar a Telemedicina;
- Auditoria das filas e cruzamento de dados e uso de SMS para reduzir as taxas de não comparecimentos em cirurgias e atendimentos;
- Reforma dos postos de saúde próprios e fiscalização dos contratos terceirizados.

4.5 - EDUCAÇÃO PARA A VIDA

O básico que transforma

Porto Alegre enfrenta grandes desafios na área da educação, e não é por falta de recursos. A cidade apresenta um déficit de mais de cinco mil vagas em creches e valores defasados na rede conveniada, enquanto há recursos disponíveis para itens não essenciais ao ensino. As notas no IDEB e no PISA são baixas, indicando a necessidade de melhorias significativas.

Essas notas refletem um problema crônico na aprendizagem de português e matemática. Essencialmente, nossos alunos estão com dificuldades para ler, interpretar, escrever e calcular. Esse tipo de dificuldade é profunda e prejudica, na prática, o aprendizado em relação às demais disciplinas. A dificuldade de interpretação textual é capaz de prejudicar o estudante - futuro profissional - em basicamente qualquer área de trabalho. A dificuldade para calcular expõe problemas de raciocínio rápido e lógico, o que também dificulta a inserção, com qualidade, no mercado de trabalho. E não estamos falando apenas dos postos de trabalho mais bem remunerados. Tratamos, aqui, de tudo: a maior parte dos postos de trabalho demanda habilidades de interpretação e raciocínio lógico. E são as disciplinas de português e matemática que podem oferecer, na base, essa qualificação.

Nossa proposta, nesse sentido, consiste em criar um programa de acompanhamento dos alunos que tenham dificuldades precisamente nessas áreas, oferecendo, com incentivos adequados, complementação da carga horária entre 5 e 15 horas semanais, no turno e contraturno escolares. O acompanhamento pedagógico de perto, se possível, com o envolvimento das famílias no processo de aprendizagem e reforço, é

fundamental. Nosso objetivo estratégico na educação é precisamente este: qualificar a capacidade dos nossos estudantes para ler, interpretar, escrever e calcular. E mediremos isso a partir de provas como o IDEB e o PISA, mas também com a retomada da Prova Porto Alegre, importante instrumento de calibragem e mensuração de políticas públicas. Ainda nesse contexto, criaremos um sistema de qualificação e treinamento específico para professores de português e matemática que, com o incentivo adequado, desejem incrementar sua qualificação didática e trabalhar com esse tipo de reforço escolar. Pretendemos retomar o protagonismo e a autoridade do professor no processo de formação e aprendizagem dos alunos.

É claro que, para melhorar a educação, é essencial requalificar a infraestrutura física das escolas e creches. Muitas dessas instituições estão em condições precárias, com riscos estruturais que comprometem a segurança dos alunos. Realizaremos uma auditoria completa das condições físicas das instituições de ensino municipais e desenvolveremos um plano de manutenção e reforma, priorizando aquelas com problemas graves, para garantir que todas as escolas e creches tenham instalações adequadas. É preciso envolver a comunidade (pais, alunos, professores) na detecção e resolução desses problemas. Uma escola limpa e bem-estruturada convida à ordem, à disciplina e à concentração, elementos fundamentais para uma educação integral.

Também é crucial ampliar o acesso às creches, uma vez que há um déficit significativo de vagas. Planejamos incentivar e qualificar as parcerias público-privadas para aumentar a oferta e capacitar a infraestrutura da rede própria, a fim de que essa possa absorver a maior parte da demanda. Além disso, melhoraremos a eficiência na gestão das vagas existentes para otimizar a ocupação, o que será feito através do estabelecimento de um protocolo de tempo máximo de permanência em fila, de modo a endereçar os casos mais sensíveis de não atendimento ao cidadão e, ao mesmo tempo, reduzir o número de pais que sequer buscam a rede municipal, pois já não acreditam na capacidade do poder público de atender a demanda. Com isso, o cidadão saberá que existe um tempo máximo para permanência no aguardo na fila, o que nos dará uma noção mais acurada do efetivo déficit de vagas e retomará a credibilidade do sistema perante a sociedade..

Quanto à formação cidadã, ela não necessariamente se dá por uma pedagogia engajada, normalmente apreendida nos panfletos dos programas de esquerda. A formação cidadã depende, antes, do básico: saber ler, interpretar e calcular, com concentração e fomento ao raciocínio. Um aluno que tenha desenvolvido sua capacidade de compreensão, raciocínio e imaginação, tenderá a imaginar o espaço de autonomia do outro, que deve ser respeitado em sua singularidade. Uma

aprendizagem de qualidade estimula um espaço de convivência mais harmonioso e respeitoso. Como instrumento de integração e incentivo ao processo educacional, devemos apostar em experiências interescolares, como Olimpíadas de Matemática

Por fim, estabeleceremos um acompanhamento integral da vida do aluno, em parceria com as pastas da saúde e da assistência social. Essa iniciativa promoverá uma visão mais completa sobre o cidadão em formação, para que o Poder Público possa mitigar eventuais situações de vulnerabilidade, oferecendo condições para um desenvolvimento individual pleno.

- Atualização dos valores pagos às redes conveniadas de creches;
- Ênfase no ensino de português e matemática, estimulando as habilidades básicas de leitura, interpretação, escrita e cálculo, por meio da criação de um programa de monitoramento individualizado de deficiências nessas áreas e de, sempre que possível em parceria com as famílias, complementação de carga horária, no turno e contraturno;
- Criação de programa específico de treinamento para professores de português e matemática que, incentivados, desejarem fazer parte desse trabalho de transformação educacional. A ideia é ter à disposição um conjunto de professores treinados para, com didática e engajamento, preparar o reforço, com metas e indicadores de desempenho;
- Retomada da Prova Porto Alegre e realização da Olimpíada Porto-Alegrense de Matemática;
- Abordagem completa das políticas públicas voltadas para os alunos, cruzando dados das diferentes pastas da gestão municipal para obtenção de informações qualitativas.

4.6 - COIBIR O USO DE DROGAS E REABILITAR O DEPENDENTE

Porto Alegre contra as drogas!

Nenhuma cidade progride sem se proteger das drogas. As drogas causam dependência, destroem o autodomínio e, por isso, são causa de inúmeros distúrbios sociais. As drogas estão no centro da violência urbana e da dissolução dos vínculos familiares. Nossa cidade conta com um número muito elevado de usuários. Em Porto Alegre, temos oito unidades dos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (CAPS AD). É necessário fortalecer essas unidades, com enfoque no atendimento por equipe multidisciplinar e com acompanhamento dinâmico e

persistente, para garantir que o usuário, especialmente aquele que não se encontra em estágio crítico de dependência, possa seguir o tratamento oferecido.

O serviço social do Município deve estar voltado para o fortalecimento dos vínculos familiares do dependente, atuando para formar uma teia de proteção contra o retorno às drogas. Agora, muitas vezes a recuperação não pode ser feita dessa forma. Em casos mais graves, como o dos dependentes crônicos de “crack”, a internação compulsória é uma saída. A cidade não pode conviver com legiões de dependentes químicos vivendo nas ruas. Como essas pessoas muitas vezes se localizam na área central e em regiões vulneráveis, são as pessoas mais pobres e o trabalhador comum que acabam sentindo mais diretamente o efeito do problema.

Para enfrentar isso, a internação involuntária é uma alternativa. Florianópolis está implantando esse tipo de medida com muito critério e firmeza: o indivíduo precisa ser atendido por uma equipe multidisciplinar, levado a um CAPS, onde o psiquiatra recomenda ou não a internação; se recomendar, ele poderá ser internado mesmo contra a sua vontade. Aqui, defender os direitos humanos do dependente crônico e que já não responde pelos seus próprios atos é restituir-lhe a liberdade de decisão, é livrá-lo da escravidão das drogas.

- Combater a dependência pelo fortalecimento dos Centros de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas, com enfoque na detecção do problema e no adequado encaminhamento terapêutico;
- Acompanhamento da assistência social com foco, quando possível, no restabelecimento dos vínculos familiares;
- Para os dependentes crônicos, especialmente de “crack”, implementar um programa de proteção que iniba a violência dessas pessoas contra si mesmos e contra terceiros, de forma criteriosa e com base em laudo psiquiátrico.

4.7 - ASSISTÊNCIA SOCIAL E LIBERDADE

Fugindo da Armadilha da Pobreza

Conforme dados de junho de 2024 da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad), Porto Alegre tem mais de 197 mil famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal. No caso de famílias em situação de rua esse número chegou a 4.659, um aumento de quase 50% em relação ao mesmo período do ano anterior. Muitas dessas famílias, por sua condição de renda, estão presas na

armadilha da pobreza. Cabe ao Município fazer o acompanhamento adequado desta situação e prover as condições para que essas pessoas possam ter uma vida digna e superar sua condição de vulnerabilidade. Há ainda que se considerar o efeito devastador das enchentes, pois os alagamentos de maio de 2024 agravaram a situação já precária de muitas destas famílias. Nesse cenário, ganha ainda mais importância dos CRAS e CREAS como ambiente de acolhimento e atendimento ao cidadão, sendo fundamental garantir que esses espaços sejam capazes de oferecer um atendimento digno e de qualidade.

A pobreza é uma condição multidimensional que necessita de políticas transversais para ser atenuada. Por isso, é preciso também dar atenção especial à primeira infância e à condição de moradia das pessoas. Não obstante, é necessário que os programas de combate e mitigação da pobreza tenham como foco a saída e a independência dos indivíduos dessa condição de vulnerabilidade. Assim, é igualmente importante que o município possa gerar oportunidades econômicas para as famílias que se encontram nessa condição.

- Aprimorar o acompanhamento das famílias inscritas no Cadastro Único, principalmente levando em conta os efeitos das enchentes de maio de 2024;
- Foco em programas geração de emprego e renda como um das soluções para redução da condição de vulnerabilidade das famílias;
- Fortalecer o programa do aluguel social;
- Expandir e fortalecer as redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, considerando a transversalidade da assistência social no desenvolvimento e implementação dos programas de acolhimento e assistência.